

Os eternos e constantes desafios do trabalho editorial

The eternal and constant challenges of editorial work

Los eternos y constantes desafíos del trabajo editorial

Maria Elisa Luiz da Silveira^{1,a}

Coordenadora editorial da Reciis

elisa.silveira@icict.fiocruz.br | <https://orcid.org/0000-0001-7807-1923>

¹ Fundação Oswaldo Cruz, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Editoria Científica. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^a Doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Comunicação científica; Gestão editorial; Periódicos científicos; Políticas editoriais; Ética.

Keywords: Scientific communication; Editorial management; Scientific journals; Editorial policies; Ethics.

Palabras clave: Comunicación científica; Gestión editorial; Revistas científicas, Políticas editoriales; Ética.

Trabalhar no meio editorial científico é um desafio constante, não importa a posição que se ocupe ou a etapa do fluxo editorial de que se participe. Produzir ciência, registrar o conhecimento produzido, comunicar e divulgar esse conhecimento é uma atividade humana e, portanto, está sujeita a tudo o que afeta as atividades humanas: o brilhantismo, o altruísmo, o aprimoramento, a decepção, o senso de realização, o dinamismo, as mudanças constantes. Talvez isso aconteça pelo simples fato de que viver em comunidade é um desafio constante. Editar uma revista científica é participar de uma comunidade, é construí-la, é mantê-la ou refazê-la, é mudar com ela. As mudanças, diversas e cada vez mais velozes, têm marcado a comunicação científica ultimamente.

Os periódicos científicos da maneira como os conhecemos hoje, isto é, ligados a uma instituição científica e com algum tipo de revisão por pares, nasceram no século XVII na Europa. De lá para cá, há algumas permanências, – como a revisão por pares, ainda hoje central na discussão do conhecimento científico, – e muitas impermanências nesse ecossistema. As mudanças mais significativas ocorreram no final do século XX, quase todas motivadas por razões financeiras e relacionadas às editoras. Na década de 1980, houve a crise dos periódicos (Mueller, 2006). O modelo de acesso à literatura científica por meio de pagamento de assinaturas de revistas se tornou insustentável. Como reação da comunidade científica, que lançou mão dos

recursos advindos da revolução tecnológica, houve um *boom* das revistas eletrônicas. A internet passou a ser vista como a solução para diminuir custos de produção e de distribuição. O suporte era novo, mas o processo editorial foi mantido. Dessa crise também nasceram os *preprints*, com o objetivo de acelerar a difusão do conhecimento e permitir um processo de avaliação mais transparente e democrático. Com os *preprints*, a avaliação por pares pode ocorrer após a disponibilização do texto, o que configura uma nova possibilidade de fluxo de comunicação.

Nos anos 2000, além da publicação da ciência por canais formais, a comunidade científica passou a usar também a divulgação científica como forma de diálogo com a sociedade: surgem os *blogs* de periódicos e perfis em mídias digitais. A comunidade entendeu que reforçar vínculos com a sociedade, ampliar públicos e defender com reforços o financiamento da pesquisa e de sua publicação era necessário. A Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde (Reciis) também corporifica esses movimentos: nasceu exclusivamente eletrônica em 2007, em acesso aberto, e se inseriu em redes sociais, a partir de 2015.

Mais recentemente, as linhas de atuação da comunidade científica se direcionam da defesa do acesso aberto para o alinhamento com a ciência aberta. Os tensionamentos são constantes. Discutem-se modalidades de acesso aberto, ainda nos modelos de negócio das grandes editoras comerciais, que privilegiam o lucro, pois os custos são transferidos ora para o autor, ora para o leitor. Os acordos transformativos estão na mesa de discussão das instituições de pesquisa, das agências de fomento e das grandes editoras do hemisfério norte.

O acesso aberto, sem ônus para autor e leitor, com disponibilização imediata do texto tem sido o caminho defendido, em especial na América Latina, onde, ao longo do tempo, investiu-se em infraestrutura colaborativa de acesso aberto e em criação de redes. Brasil e México são dois países com iniciativas fortes nessa direção a partir do programa SciELO (Scientific Electronic Library), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnológica (Ibict) e da Redalyc (Sistema de Información Científica Redalyc). Como comunidade, estamos constantemente discutindo os rumos e os novos formatos de difusão do conhecimento científico e da sua produção, numa perspectiva de maior inclusão da sociedade (Barata; Montero, 2003, p. 138). Em última análise, é a sociedade que financia o conhecimento científico e deve ser a sua beneficiária. O modelo econômico da produção e da comunicação do conhecimento é uma discussão permanente. O modelo de avaliação da ciência que tem sustentado esse modelo econômico precisa ser igualmente encarado.

A celeridade na divulgação do conhecimento também tem sido um desafio. O gerenciamento eletrônico do fluxo editorial, bem como a publicação eletrônica permitem a o acesso do leitor de forma mais rápida, sem gasto de tempo na distribuição ou na impressão. Em todo o fluxo editorial, o tempo é uma variável trabalhosa e, às vezes, cruel. Sem dúvida, a etapa mais desafiadora é a da avaliação por pares. Experimentamos o que se nomeou de “fadiga dos pareceristas” (Nassi-Calò, 2023). As diversas etapas da submissão à decisão editorial e à publicação são monitoradas pelas equipes editoriais de modo a, no menor tempo possível, oferecer ao autor uma avaliação criteriosa do seu texto, seja ele aprovado ou não para publicação. É um compromisso da revista com os seus autores conduzir um fluxo editorial cuidadoso. É compromisso dos editores e dos pareceristas oferecerem uma avaliação fundamentada aos autores que possa levar à melhoria da literatura científica. É compromisso de toda essa cadeia de atores tornar o texto disponível o mais rápido possível aos leitores. Mesmo com a mudança de suporte, do impresso para o eletrônico, e com o esforço constante de todos em acelerar a publicação, mantendo o fluxo tradicional dos periódicos, houve necessidade de mais agilidade: a modalidade de publicação contínua tem se ampliado no Brasil bastante impulsionada pela SciELO. Essa medida diminui o tempo entre aprovação e publicação do texto. No entanto, o tempo de avaliação do manuscrito ainda é o gargalo do trabalho editorial, em razão do fator humano.

A adesão ampliada aos *preprints* poderia ser a solução? Eles têm sido abarcados dentro do movimento de ciência aberta como uma forma de abrir a produção do conhecimento e de acelerar a sua disseminação.

Seu impacto na comunicação científica de forma mais ampla ainda está por se revelar: o quanto a comunidade vai se engajar em uma avaliação por pares aberta nas plataformas de *preprints* e o quanto isso reconfigurará a dinâmica de trabalho de editores e de periódicos científicos.

Mais recentemente, um novo desafio se impõe: o uso da inteligência artificial generativa na realização da pesquisa e na redação de textos científicos. A comunidade científica tem se preparado para esse cenário, discutindo condutas, possibilidades e restrições. Esse tema vem sendo discutido na Reciis que, em breve, atualizará a sua política editorial para lidar com essa realidade.

Como se pode perceber, há desafios próprios a cada tempo ligados às condições tecnológicas disponíveis, mas há outros que são eternos, pois são inerentes às relações humanas. Destaco aqui um deles: o cuidado. Na condução e na comunicação da pesquisa científica, não podemos perder esta dimensão: a responsabilidade, o compromisso com o outro, seja a pessoa sobre quem ou com quem se pesquisa, ou a pessoa com quem ou para quem se escreve. Importa também a atenção com os atores do fluxo editorial: com quem realiza a pesquisa, quem a escreve, quem avalia o texto, quem publica a pesquisa, ou seja, o cuidado com autores, editores, avaliadores, equipes editoriais. Nesse sentido, as condutas éticas adotadas pelas revistas podem ser interpretadas como cuidados acordados na comunidade.

Para a realização da pesquisa com seres humanos, a comunidade científica já chegou ao ponto de criar regras e instâncias para a orientação e a validação dessa etapa do trabalho científico. Pesquisadores submetem seus planos à apreciação de um comitê de ética. Nos casos pertinentes, a apreciação desse comitê passou a ser exigência para a entrada de manuscritos nos fluxos editoriais das revistas científicas. A Reciis indica essa exigência em sua política editorial desde 2018.

Em uma pesquisa conduzida em grupo e na escrita coletiva de um texto também é preciso cuidado e justiça com as pessoas que o redigiram. A questão da autoria nos acompanha desde a idade escolar. Quem nunca discutiu participação em trabalho de grupo? Quem nunca discutiu que nomes registrar a(o) professor(a)? Quem pressiona? E quem cede às pressões? Quem adere à cultura local por ser uma questão de hábito, ainda que não se sinta confortável com ela?

Diante de alguns impasses e conflitos, a comunidade científica tentou explicitar parâmetros e regras para atribuição de autoria. Entre eles, há os recomendados pelo International Committee of Medical Journals Editors – ICMJE (2024), que estabelece quatro critérios obrigatórios para autoria, diferenciando-a da contribuição e pela taxonomia CreditT, que descreve quatorze possibilidades de papéis para autores.¹

Na Reciis, optamos pelas orientações do ICMJE, conforme descritas em Bochner (2014). Segundo esse Comitê, são autores de uma publicação científica aquelas pessoas que contribuíram significativamente para o trabalho (na concepção, realização da pesquisa, coleta, análise de dados), são responsáveis pela redação e revisão do trabalho, aprovação da versão final para publicação e por todos os aspectos do trabalho relacionados à exatidão ou à integridade do estudo. Sendo assim, todos os autores são corresponsáveis, ainda que tenha havido divisão de tarefas e isso seja explicitado na participação dos autores que, na Reciis, é informada já no ato de submissão do manuscrito, tornando-se esclarecimento publicado junto com o texto, em caso de aprovação. Autoria é parceria, implica solidariedade na responsabilidade legal e intelectual. Logo, precisamos ter cuidado com nossos colegas coautores. A posição do ICMJE é clara: os autores devem ter confiança na integridade do que todos os colegas produziram.

Do ponto de vista do editor, de quem recebe uma submissão, não cabe julgar quem é autor. Isso é da competência dos realizadores do trabalho. Mas, por vezes, editores se deparam com situações que exigem atenção, como inclusões ou exclusões de autoria, após a submissão, por solicitação de algum autor; autores

¹ Contributor Roles Taxonomy (CreditT) identifica os seguintes papéis: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, recebimento de financiamento, pesquisa, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, desenvolvimento, implementação e teste de software, supervisão, validação de dados e experimentos, design da apresentação de dados, redação do manuscrito original, redação – revisão e edição (Silva; Vanz, 2022).

que querem se desresponsabilizar por parte do trabalho em caso de algum questionamento incômodo para eles. Todas essas situações são possíveis. O Committee on Publication Ethics (COPE), instituição pela qual a Reciis também se orienta, procura oferecer um norte, por meio de guias de conduta, e um espaço para discussão de novas situações que se apresentam no trabalho editorial.

Reconhecer crédito e responsabilidade deveria ser algo simples, porém, pode ser difícil e conflituoso em certas situações. Em um ambiente de hiperprodutivismo e carreirismo, pode ser ainda pior. Precisamos de tantas regras e categorizações para reconhecer o simples: quem trabalhou no que na construção de um texto? Com novos recursos, outras questões se apresentam: a inteligência artificial (IA) não pode ser considerada autora, visto não poder ser responsabilizada por todos os aspectos legais e científicos relacionados ao trabalho, como o são os autores humanos (ICMJE, 2024).

Cabe lembrar que o reconhecimento ao trabalho do outro não se limita à coautoria. É necessário ter o cuidado de reconhecer a contribuição dos autores que lemos, cujos textos reverberam em nós e incorporamos ao nosso discurso. Na tentativa de identificar possíveis plágios, a solução da comunidade científica foi recorrer a *softwares* de detecção de similaridade. A fim de acompanhar práticas editoriais recomendadas, a Reciis passou a utilizar no início de 2023 um *software* pago de detecção de similaridade, que a comunidade científica considera mais adequado para artigos. Antes, a Reciis utilizava um *software* gratuito. Novamente, trata-se de um simples – mas, para algumas pessoas, difícil – ato de reconhecimento de com quem dialogamos, seja concordando ou discordando, seja nos inspirando. A utilização de um *software* proprietário implica custos – financeiros e de tempo. Houve dedicação de horas de trabalho humano para confecção do *software*, para criação de infraestrutura do banco de textos, houve trabalho da equipe editorial para contratar a licença de uso e, acima de tudo, há um trabalho humano obrigatório de análise do relatório fornecido pelo *software*.

Como manter essa engrenagem funcionando? Todas essas etapas exigem mais tempo, mais trabalho e mais recursos na condução do fluxo editorial numa época em que cada vez mais se deseja velocidade na disponibilização do conhecimento produzido. Como já foi mencionado, a publicação como *preprint* tem sido pensada cada vez mais como uma alternativa de apresentar, para comunidade científica e para a sociedade em geral, a literatura científica de modo mais rápido e barato, em comparação com o fluxo editorial tradicional (Montero; Garcia, 2023, p. 80). Os *preprints* também propiciam uma forma de retomada pela comunidade científica dos meios de divulgação do trabalho produzido. Evidentemente, há custos para manutenção de servidor de *preprints*, mas nada comparado a ficar refém dos oligopólios das grandes editoras comerciais que têm concentrado os meios de publicação e a geração de índices bibliométricos que assumiram papel central na avaliação da ciência produzida (ISC, 2023; Marques, 2024).

Envolver-se na produção da ciência é uma atividade cultural. Seu registro, sua disseminação, sua discussão, seja para sustentá-la, refutá-la ou aprimorá-la, são perpassadas pela comunicação. O filósofo da linguagem Paul Grice considera que, na base de toda comunicação, há um princípio cooperativo, sistematizado por ele em quatro máximas: a da quantidade, da qualidade, da relevância e do modo. Adaptando grosso modo, elas me fazem pensar se estamos sendo cooperativos uns com os outros nessa atividade desafiadora e apaixonante de comunicar ciência: estamos oferecendo ao nosso interlocutor a quantidade de informação necessária (máxima da quantidade), estamos oferecendo informação verdadeira (máxima da qualidade), estamos oferecendo textos que contribuem para a discussão e, logo, o avanço do conhecimento científico (máxima da relevância), estamos fazendo isso de forma clara (máxima do modo)? Por formação e profissão, penso, em primeiro lugar, na própria dinâmica da publicação científica, nas inter-relações de autores, editores e pareceristas antes do envolvimento com os leitores, razão maior da publicação. Quem publica quer ser lido, comentado, discutido, reconhecido, corroborado, ou não. Quer prestar contas para si e para a

sociedade dos anos de estudo, de bolsa ou auxílio recebido para compartilhar a que resultado chegou, que conclusão ou que novas perguntas de pesquisa ou hipóteses alcançou.

Evidentemente, há outras motivações para tomar parte desse universo. Publicações podem contar pontos em concurso, em progressão funcional. Para alguns programas de pós-graduação, elas podem ser condicionantes à conclusão de um doutorado, ou até podem constar como pré-requisito para a entrada nele. São usadas também na própria avaliação de programas de pós-graduação. São usadas como critério para concessão de bolsas de pesquisa e para credenciamento de pesquisadores a programas de pós-graduação. Logo, as publicações têm impacto na carreira, na formação, no salário, no pertencimento à comunidade científica das pessoas. Que pressão isso exerce nos estudantes, nos autores, nos professores e, eventualmente, nos editores? Para se manterem alinhados a determinados indexadores, é preciso publicar um número mínimo de artigos originais por ano. Que publicação científica (artigo, livro, capítulo, dissertação, tese) chega aos leitores nesse ambiente em que, por vezes, o quanto se produz e o meio de disseminação (em que revista, com que fator de impacto), importa mais do que a qualidade do conteúdo publicado? O que se coloca à mesa, na grande oportunidade de discutir o que foi produzido e, assim, fazer o conhecimento científico avançar? Ter algum impacto na vida das pessoas, ao evidenciar novo ângulo de vista, trazer sugestões para aprimoramentos de processos, para formulação de políticas, atuação prática, criação de novos produtos? Qual carga de trabalho e de tensão esse cenário nos impõe? Qual custo financeiro? Isso tudo é viável?

Nas equipes editoriais, há um grupo enorme de pessoas fazendo muito esforço para manter o fluxo editorial de forma fluida, cuidadosa e rápida. Editores procuram o parecerista mais adequado para avaliação de um manuscrito, considerando o tema, evitando conflitos de interesse, levando em conta diversidade institucional, muitas vezes, realizando várias rodadas de convites. Pareceristas tentam ao máximo acomodar suas agendas para contribuir com a avaliação de um manuscrito, oferecendo ao editor e ao autor pareceres bem fundamentados. Quase sempre em silêncio, um autor aguarda ansioso. Na dinâmica da vida acadêmica, ouvimos tanto: “*Não encontro mais pareceristas*”, como também “*Não dou mais parecer*”. As razões frequentemente são a falta de tempo ou a falta de concordância com revistas que cobram submissão, publicação ou acesso aos textos, mas não remuneram os avaliadores. Some-se a isso o fato de que a elaboração de pareceres não é uma atividade reconhecida, – o que equivale a dizer pontuada, – nos mecanismos de avaliação vigentes. Se uma pessoa que participa dessa comunidade científica, em algum momento da carreira solicita pareceres a alguém, mas ela própria não elabora mais pareceres, como espera que seus textos recebam os pareceres necessários para a avaliação num fluxo editorial, quando for autora? Na comunidade científica, papéis se invertem, ou, melhor, se revezam; estamos todos na mesma roda: um dia leitor, outro autor, parecerista, editor. É um cuidado que precisamos ter com todos nós o reconhecimento do trabalho dos pareceristas. É preciso interferir na forma de avaliação do trabalho científico, caso se queira de fato enfrentar essa crise.

Segundo Brandão (2023), chegamos a um ponto de saturação desse formato atual da revisão por pares diante da explosão de textos a serem avaliados, da menor disponibilidade de pesquisadores para atuarem como pareceristas e da possibilidade de falha na revisão por pares em garantir ou contribuir para a qualidade científica. Como participante dessa comunidade, o autor indica dois caminhos abarcados pela ciência aberta: priorizar submissões em *preprints* e praticar revisão aberta e não anonimizada na avaliação dos textos.

Ao lado de todo o encantamento que existe em contribuir para que o trabalho de pesquisadores fique disponível para debate, há também uma sobrecarga de trabalho para atores diversos desse processo. É inegável que há um desgaste na forma de comunicar ciência via publicação em periódicos científicos, há sobrecarga de trabalho e a urgente necessidade de empregar de forma sustentável limitados recursos financeiros. Precisamos todos reconhecer que a sustentabilidade do ecossistema de publicação científica não

depende apenas de recursos financeiros, mas também de recursos humanos. Tenhamos cuidado em não nos esgotarmos.

O que todas essas pressões por publicar e ter velocidade exigem da comunidade científica e, em especial, das equipes editoriais? Mais cuidado, vigilância, mais estratégias para prevenir e lidar com questões éticas na condução do trabalho, explicitação mais detalhada dos possíveis conflitos de interesse, documentação clara sobre direitos autorais e licenças, uso de *software* para detecção de similaridade. Mais tempo, dinheiro, mais etapas, mais trabalho. Os dez anos da Política de Acesso Aberto da Fiocruz oferecem uma oportunidade de revisão da política institucional e de seus instrumentos jurídicos, como a cessão de direitos autorais, aspecto a ser revisado também na política editorial da Reciis.

A realidade mostra que somos uma comunidade em constante mudança, com capacidade de adaptação diante dos eternos desafios, mas estaremos à beira da exaustão ou da extinção? Ou o rumo é de reconfiguração? O International Science Council (2023) sugere uma reforma urgente na publicação científica. Certamente, precisamos de novos pactos, de novas dinâmicas, de condutas mais cuidadosas que levem a resultados mais justos e satisfatórios para a comunidade.

No trabalho editorial, talvez a mencionada vigilância esteja entrando tardiamente no processo, e de modo ineficaz. No lugar dela, talvez a postura devesse ser de mais reflexão, de formação, na base e no início de tudo. Devemos pensar em ações mais proveitosas ao longo de outras etapas da realização da pesquisa, provocando reflexões e mudança de cultura. Alguns passos têm sido dados nos cursos de formação, nas pós-graduações dentro das disciplinas de cada área, ou até mesmo em cursos de extensão sobre editoria científica ou ciência aberta. Além de oportunidades formais de educação, como membros de uma cultura, aprendemos pelo exemplo, aprendemos por estar imersos nela. Se formos parte do problema, podemos ser também parte da solução?

Qual será a próxima mudança radical no trabalho editorial? O fim dos periódicos científicos no formato como os conhecemos agora? Mas isso será a solução? Para onde a crise nos leva? É a comunidade científica que está guiando o leme das modificações na comunicação da ciência? As questões éticas, o cuidado expresso pela necessidade de um comitê de ética, o cuidado com a correta indicação e apresentação da literatura científica, o cuidado com os coautores e com o leitor permanecerão, assim como o cuidado com a utilização dos recursos financeiros, em grande parte, públicos. Esses desafios são perenes. Talvez por isso devêssemos considerar de um ponto de vista mais solidário a nossa responsabilidade, o nosso cuidado um com outro. Afinal, na base de toda a comunicação, já dizia Grice (1982), existe um princípio cooperativo e, em alusão a Arthur Meadows (1999), no coração de toda a atividade científica está a comunicação.

REFERÊNCIAS

BARATA, Germana; MONTERO, Edna Frasson de Souza. Introdução. *In*: MORAIS, Ana; RODE, Sigmar de Mello; GALLETI, Silvia. **Desafios e perspectivas da editoria científica**: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2022 e Publishing Trends. Botucatu: ABEC Brasil, 2023. p. 135-146. DOI: <https://doi.org/10.21452/abec.2023.isbn.978-65-99342-7-2.introducao>. Disponível em: https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/Desafios_e_perspectivas_da_editoria_cientifica_2022.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

BOCHNER, Rosany. Revisitando os critérios de autoria. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 255-257, set. 2014. DOI: www.doi.org/10.3395/reciis.v8i3.970.pt. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/442>. Acesso em: 27 mar. 2024.

BRANDÃO, Adeilton Alves. Some remarks on peer review and preprints. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 118, p. e230001, 4 jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0074-02760230001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mioc/a/8ms9R9gLNxNVmZX75rMcM4s/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

GRICE, Paul. Logic and conversation. *In*: DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**: pragmática. Campinas: [s. n.], 1982. v. 4, p. 81-103.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS (ICMJE). **Recommendations for the conduct, reporting, editing, and publication of scholarly work in medical journals**. Vancouver, ICMJE, 2024. Disponível em: <http://www.icmje.org/icmje-recommendations.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2024.

INTERNATIONAL SCIENCE COUNCIL (ICS). **The case for reform of scientific publishing**. Paris: International Science Council, 2023. Disponível em: https://council.science/wp-content/uploads/2023/11/The-Case-for-Reform-for-Scientific-Publishing_2023.pdf. Acesso em: 27 mar. 2024.

MARQUES, Fabrício. Mudança radical na comunicação científica. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 336, fev. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/mudanca-radical-na-comunicacao-cientifica/>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MEADOWS, Arthur J. **A comunicação científica**. Tradução: Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MONTERO, Edna Frasson de Souza; GARCIA, Leila Posenato. Ética na produção científica. In: MORAIS, Ana; RODE, Sigmar de Mello; GALLETI, Silvia. **Desafios e perspectivas da editoria científica**: memórias críticas do ABEC Meeting Live 2022 e Publishing Trends. Botucatu: ABEC Brasil, 2023. p. 65-86. DOI: <https://doi.org/10.21452/abec.2023.isbn.978-65-993452-7-2.cap6>. Disponível em: https://www1.abecbrasil.org.br/arquivos/Desafios_e_perspectivas_da_editoria_cientifica_2022.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-19652006000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2024.

NASSI-CALÒ, Lilian. Reformular a avaliação por pares para torná-la sustentável. **SciELO em Perspectiva**, São Paulo, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2023/03/29/reformular-a-avaliacao-por-pares-para-torna-la-sustentavel/>. Acesso em: 27 mar 2024.

SILVA, Ana Paula A. C. da; VANZ, Samile A. de Souza. Autoria, ordem de autoria e contribuição de autor: uma revisão de literatura. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.20, e022028, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8669142>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdbci/a/YxxPgy8rsD3F9j5xJrwNzZf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2024.